

Ano XXVI nº 6699 – 14 de novembro de 2022

Lucro do Itaú supera R\$ 23,1 bilhões nos nove meses do ano

O Itaú Unibanco atingiu um lucro líquido de R\$ 23,118 bilhões nos primeiros nove meses de 2022, alta de 17,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

No terceiro trimestre do ano corrente (julho até setembro), o lucro líquido foi de R\$ 8,07 bilhões, alta de 5,2% em relação ao trimestre anterior. Entre os maiores bancos do país, o resultado deixa o Itaú apenas atrás do Banco do Brasil.



Apesar dos números positivos, a instituição privada fechou 247 agências físicas no país em detrimento da abertura de 189 agências digitais nos últimos doze meses, ressaltou o coordenador da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú, Jair Alves, completando que, nos últimos anos, a holding acelerou o processo de transformação digital.

Caixa inicia negociações da promoção por mérito

O Grupo de Trabalho de Promoção por Mérito da Caixa Econômica Federal realizou, na quinta-feira, 10/11, a primeira reunião sobre o Plano de Cargos e Salários (PCS) das empregadas e empregados e a consequente definição dos critérios de avaliação para efeito de pagamento dos “deltas” do ano de 2022-2023. Os critérios são debatidos todos os anos pelo GT formado por representantes do banco e dos trabalhadores. Próxima reunião ocorrerá essa semana.

Nesta primeira reunião a Caixa apresentou informações sobre o pagamento dos deltas efetuados neste ano de 2022, referente à avaliação de 2021. Dos 87.221 que o banco possui atualmente, apenas 78.699 receberam a promoção. Destes, 68.433 receberam um delta e 10.266 dois deltas.

Na última sistemática, ficou definido que o banco distribuiria um delta para todos os empregados elegíveis e um segundo delta para os empregados que atingissem a avaliação “excepcional” no programa de Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP), mas apenas 53% dos empregados que atingiram a avaliação excepcional receberam o segundo delta. O banco alegou limitação orçamentaria. Os representantes dos empregados solicitaram que a Caixa apresente dados complementares para subsidiar a construção de uma proposta que contemple os anseios dos trabalhadores, como a estratificação dos dados por setor e a quantidade empregados não-elegíveis.

Reforma da Previdência completa 3 anos com alívio nas contas públicas, mas, dificuldades para segurados

Há três anos, o Congresso promulgava a reforma da Previdência e, com ela, uma série de novas regras para a aposentadoria de trabalhadores do setor privado e servidores públicos federais.

As mudanças incluem a fixação de uma idade mínima para se aposentar (65 anos para homens e 62 anos para mulheres), com regras de transição para quem já trabalhava quando a reforma foi aprovada e com uma nova base de cálculo para o benefício que trouxe alívio para os cofres do governo.

Ainda que os dados tragam alívio às contas públicas, os impactos financeiro e emocional àqueles que tiveram seus sonhos de aposentadoria adiados ainda pesam para a população. Sem contar aqueles que recebem pensão por morte ou auxílio por incapacidade permanente. As novas regras foram bem duras para essa população e isso acaba sendo um desestímulo à contribuição previdenciária, o que acaba gerando um efeito contrário ao pretendido pela reforma no longo prazo.

Além do adiamento da aposentadoria, especialistas também citam o valor menor do que o previsto após as mudanças trazidas pela reforma como um fator de atenção. Esse cenário não apenas aumentou a demanda pela previdência complementar como também há mais casos de pessoas que devem continuar trabalhando para complementar a quantia recebida pelo benefício.

A expectativa, segundo os especialistas, é que o governo ainda revise as alterações feitas pela reforma. Segundo Adriane Bramante, há discussões sobre o tema que estão paradas no Congresso e que podem ser importantes para diminuir esses impactos.

